

Sumário Executivo

Vendedoras e Vendedores de Rua da Região Metropolitana de Lima

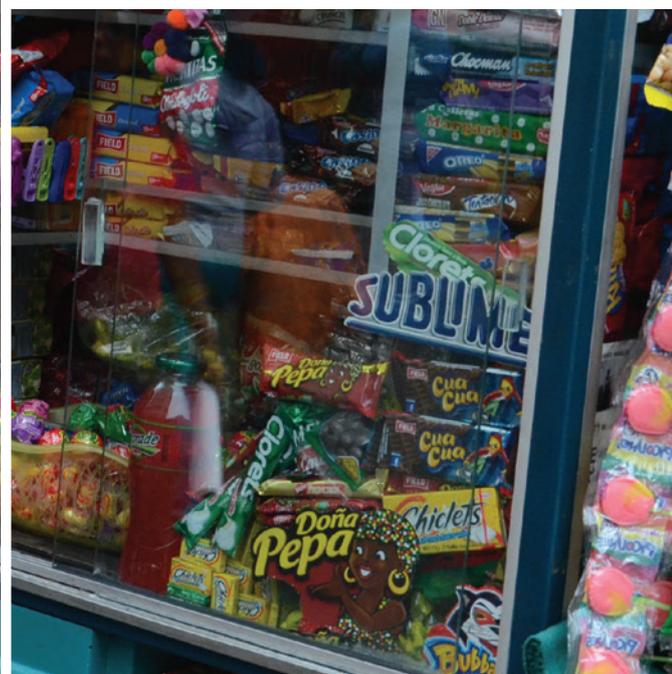
As descobertas feitas graças às estatísticas oficiais mostram que a maioria das trabalhadoras e trabalhadores dos países em desenvolvimento ganha a vida na economia informal. O Estudo de Monitoramento da Economia Informal (EMEI) é um estudo qualitativo e quantitativo criado para avaliar a realidade dessas pessoas. Com as informações coletadas ao longo de três anos, o EMEI tem o objetivo de oferecer evidência confiáveis e sólidas sobre a diversidade das forças motrizes – positivas e negativas – que afetam as condições de trabalho na economia informal ao longo do tempo. O estudo tem como foco de análise as pessoas que trabalham na economia informal e suas organizações.

A pesquisa na região Metropolitana de Lima

Em Lima, a pesquisa do EMEI foi realizada com comerciantes de rua que, embora não necessariamente façam parte da Federación Departamental de Vendedores Ambulantes de Lima y Callao (FEDEVAL), participam de suas atividades e trabalham em conjunto com ela. As duas variáveis utilizadas para selecionar a amostra de 150 trabalhadores informais foram: 1) sexo; e 2) local de trabalho. Esta última foi dividida, por sua vez em venda no centro, onde se encontram os maiores e mais importantes conglomerados comerciais da cidade, e venda na periferia. Para o componente quantitativo da pesquisa, todos os participantes responderam um questionário, enquanto para o componente qualitativo, 75 pessoas participaram de 15 grupos focais. Também foram realizadas quatro entrevistas com informantes chaves da FEDEVAL/Confederação Única de Trabalhadores do Peru (CUT) e da ONG Alternativa, além de especialistas em temas municipais e de

participação social, para explorar com maior profundidade alguns dos temas surgidos na pesquisa.

A população usada para a amostra tinha a seguinte composição: 69,3% de mulheres e 30,7% de homens, uma proporção consistente com a composição por sexo do setor obtida pela Pesquisa Nacional de Domicílios (ENAHO, em espanhol). De acordo com as informações do estudo, a maioria dos domicílios dos indivíduos entrevistados tem, em média, 3,7 membros. A idade média dessa população é de 50 anos, o que indica a existência de mais de um indivíduo no domicílio em idade de trabalho: em mais de 70% dos domicílios das mulheres entrevistadas, e em 60% dos domicílios dos homens, há mais de um trabalhador. A grande maioria dos comerciantes que participaram do estudo é formada por trabalhadores autônomos, e mais da metade dedicam-se à venda de alimentos e refeições prontas.



Os comerciantes trabalham, em média, mais de 40 horas por semana - um valor que é o padrão mundial de trabalho decente. No entanto, os comerciantes do centro tendem a trabalhar mais horas que aqueles da periferia, e as comerciantes mulheres tendem a trabalhar mais horas que os homens. De modo geral, eles trabalham durante quase 12 meses por ano e, em sua maioria, não contam com a ajuda de outros indivíduos, remunerados ou não.

Nessa população, o nível educacional das mulheres está concentrado principalmente no nível básico (fundamental completo ou abaixo disso), enquanto o dos homens está no nível médio superior (médio completo ou acima disso). Esses níveis educacionais influenciam o tipo de atividades a que se dedicam os comerciantes, sendo que os homens se dedicam mais a atividades que contêm algum tipo de processamento ou serviços que requerem um nível mais alto de capacitação (como serviços técnicos ou de contabilidade, etc.), que, de modo geral, têm melhor remuneração.

Os rendimentos líquidos desses trabalhadores registrados durante a pesquisa são mais altos do que os do resto dos comerciantes ambulantes de Lima; no entanto, é importante destacar que tais números **não consideram uma série de gastos** que afetam negativamente os rendimentos, como confiscações e juros de empréstimos com agiotas. Porém, a pesquisa solicitou aos comerciantes que declarassem seus rendimentos na semana anterior sem que qualificassem se o valor correspondia a um período alto ou baixo de vendas. No caso de uma porcentagem dos vendedores de alimentos, refeições prontas e produtos agrícolas, os rendimentos líquidos foram negativos. Assim, é necessário analisar os rendimentos com cautela.

É importante observar que o desenvolvimento da pesquisa que gerou este relatório coincidiu com um período no qual o Município de Lima e sua prefeitura foram objeto de grandes polêmicas devido às suas ações com relação aos problemas de trânsito e ao fechamento do velho mercado atacadista em La Parada.

Descobertas da pesquisa da região Metropolitana de Lima

Durante a pesquisa, os comerciantes identificaram e classificaram os fatores que favorecem ou atuam contra seus meios de sustento. De acordo com as informações obtidas com as pesquisas e grupos focais, as prefeituras municipais e distritais, a FEDEVAL – como organização de segundo nível de vendedores de rua – e as associações de comerciantes foram identificadas como importantes pelos trabalhadores da amostra.

As prefeituras, tanto as distritais como a metropolitana, foram identificadas pelos comerciantes como as instituições mais importantes em seu trabalho, embora a relação com elas seja definida por desconfiança e enfrentamento mútuo. Apesar de alguns programas e medidas das prefeituras para essa população, o fato de definirem o comércio de rua como um problema permeia os processos de planejamento urbano e as práticas do governo para com o setor, o que leva à implantação de medidas restritivas aos comerciantes que afetam suas condições de trabalho e meios de sustento.

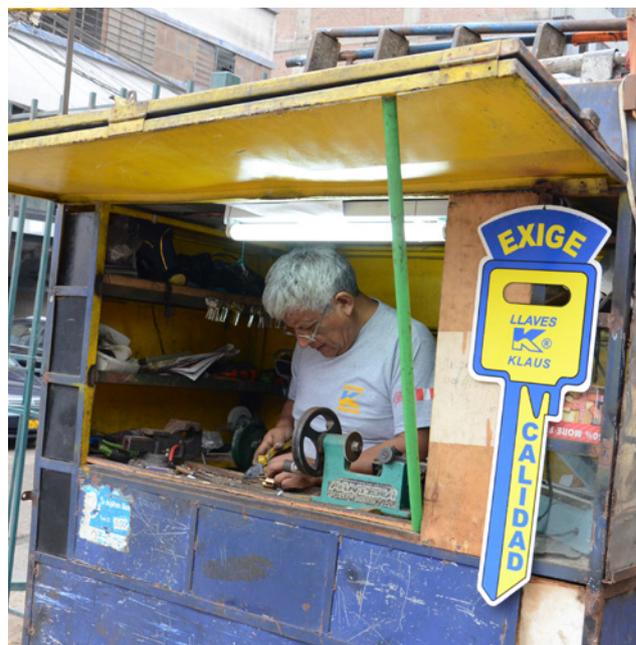


foto: J.A. Venegas Sosa

De modo geral, as prefeituras são vistas como abusivas, pouco transparentes e pouco dispostas a dialogar com o setor. Esses são os motivos pelos quais a percepção das prefeituras é negativa.

Por sua vez, as organizações de comerciantes de primeiro e segundo nível são vistas, ao mesmo tempo, como positivas e negativas. A FEDEVAL é valorizada por sua qualidade com organização de base (OB) e é vista como importante, especialmente pelos comerciantes que trabalham no centro e pelos homens, por seu apoio na questão de capacitações, licenças e para lidar com despejos, pelos diálogos com as autoridades e por ter conseguido com que o setor fosse incluído em uma central sindical nacional junto às organizações de trabalhadores formais – a CUT. No entanto, a valorização da FEDEVAL é menor entre os comerciantes da periferia e as mulheres, o que sugere que essa OB teve limitações para integrar esses grupos de comerciantes e suas necessidades. Embora as associações de comerciantes de primeiro nível sejam valorizadas pela consciência de que se organizar é positivo e necessário para serem ouvidas pelas autoridades, elas também têm importantes fatores limitantes relacionados à sua capacidade de representar os vendedores de rua e negociar com as autoridades.

Políticas e práticas municipais

De acordo com os comerciantes ambulantes, as forças motrizes que mais afetam seu trabalho são aquelas relacionadas com as políticas e práticas municipais, e tal impacto, em geral, é negativo. Assim, as prefeituras distritais e metropolitana foram qualificadas como as instituições mais importantes para os comerciantes de rua. No caso da Prefeitura de Lima, os comerciantes reconhecem algumas práticas do governo metropolitano a favor dos comerciantes, como as consultas para mudar a Portaria N.º 002, que regulamenta o comércio de rua e os programas de capacitação. Porém, os comerciantes também têm uma impressão negativa dessa instituição devido ao marco normativo restritivo, à não entrega de licenças e à falta

de controle da corrupção com os “serenos”¹, entre outras coisas. No caso das prefeituras dos distritos, a percepção dos comerciantes está definida por enfrentamentos e denúncias de abuso de autoridade. Há uma percepção de que os governos locais não têm vontade de dialogar com o setor e que as normas para o setor são restritivas e pouco claras.

Uma das forças que atrapalham o trabalho dos comerciantes é o fato de que as regulamentações e as políticas de planejamento do município não incorporaram o comércio de rua e o veem como um problema. Isso, por sua vez, resulta em práticas repressivas – como as **confiscações e despejos** – e leva a uma relação de desconfiança mútua e enfrentamento entre os comerciantes e as autoridades municipais, tanto no nível distrital como municipal.

A percepção negativa acerca dos vendedores de rua, tanto dos governos municipais quanto da opinião pública, também constitui um obstáculo para o reconhecimento do benefício que trazem para a cidade, entre os quais estão contribuições devido ao pagamento de impostos, a criação de empregos, o pagamento de serviços do município, os serviços de limpeza e a segurança em espaços públicos.

As respostas coletivas dadas para mitigar essas forças têm sido a busca do diálogo, a apresentação de propostas e a negociação de medidas municipais. No entanto, como já foi mencionado, esse tipo de resposta é menor devido às capacidades limitadas das organizações que teriam de canalizar essas respostas e interagir com as autoridades.

Dinâmicas econômicas e da cadeia de valor

No estudo, os comerciantes identificaram a perda de lucros e a inflação como problemas econômicos importantes. O primeiro problema está relacionado à percepção de que têm uma menor clientela (em comparação com o ano anterior) e ao aumento da concorrência de grandes atacadistas e supermercados, assim como de outros vendedores de rua. Os vendedores de alimentos, refeições prontas e produtos agrícolas também ressaltaram o aumento dos preços de suas matérias-primas, devido à inflação dos preços dos alimentos, como um problema importante que afeta seus meios de sustento. Nesse caso, o aumento da concorrência e a incapacidade de negociar preços menores com os fornecedores impedem que os comerciantes aumentem seus preços de venda e faz com que tomem medidas como a busca de empréstimos com agiotas, que têm altas taxas de juros.

Ao analisar a cadeia de valor, a pesquisa descobriu que o comércio de rua informal está integrado ao setor formal nas relações “posteriores” e “anteriores”. Nas relações “posteriores”, descobriu-se que os principais clientes dos comerciantes de rua são donas de casa, trabalhadores de empresas próximas e outros atores do setor formal (mercearias ou restaurantes, por exemplo). Já nas relações “anteriores”, 76% dos comerciantes que trabalham no centro e 55% dos que trabalham na periferia adquirem suas matérias-primas em empresas formais; e se considerarmos



foto: J.A. Venegas Sosa

os fornecedores atacadistas, essas porcentagens crescem para 79% entre os comerciantes do centro e 65% entre os da periferia. Na maioria dos casos, a relação entre comerciantes e fornecedores é de longa duração, e de modo geral, os primeiros costumam comprar de fornecedores fixos. Os comerciantes do centro selecionam seus fornecedores de acordo com os preços e a qualidade dos produtos; enquanto na periferia, além dos preços, a proximidade do local de trabalho começa a ter importância.

Além das regulamentações, o estudo descobriu que as mudanças nas cidades podem ter um impacto negativo, por meio de processos de planejamento e desenho urbano (como reassentamentos e o desenvolvimento da infraestrutura), não apenas sobre as condições de trabalho dos comerciantes, mas também sobre as dinâmicas da cadeia de valor.

Para enfrentar os problemas relacionados às dinâmicas econômicas e cadeia de valor, os comerciantes deram, na maioria, respostas individuais direcionadas a atenuar os efeitos negativos, como o estabelecimento de relacionamentos com seus clientes, e vender produtos fiado ou fazer liquidações. A maior parte das respostas limita-se a lidar com os desafios, em vez de efetuar mudanças.

Políticas recomendadas

- É importante que a cidade conte com um marco legal para o comércio de rua, que o regulamente como atividade econômica e em seu uso dos espaços públicos. Além disso, também é necessário que promova processos de formalização dos comerciantes que levem em consideração o baixo lucro ou os prejuízos dos vendedores mais vulneráveis, assim como a necessidade de que estejam protegidos contra abusos de autoridade. Isso também deve ser considerado ao emitir licenças.
- No entanto, é necessário que esse marco legal seja parte de uma visão mais ampla que reconheça o comércio de rua em sua importância para a cidade e como parte de suas dinâmicas sociais e econômicas,

¹ “Serenos” é o termo usado em espanhol para denominar os funcionários do serenazgo, trabalhadores da prefeitura que fazem serviço de segurança em suas jurisdições. Parte de seu trabalho é cuidar dos espaços públicos para evitar que sejam ocupados pelos vendedores de rua.

já que oferece trabalhos e oportunidades de trabalho a um grande setor da população e tem potencial para ajudar na resolução de problemas centrais, como segurança e limpeza.

- As prefeituras, especialmente as dos distritos, têm de promover a legitimação de sua liderança em processos de desenvolvimento econômico através de uma maior abertura para a negociação e comunicação de suas portarias e regulamentos. Também seria importante promovessem programas de liderança entre as mulheres, que, de acordo com o estudo, representam o segmento da população mais vulnerável (especialmente as vendedoras da periferia), e desenvolvessem suportes para os vendedores de alimentos, que estão mais vulneráveis à perda de lucros.

Recomendações para a FEDEVAL:

- É necessário revisar seu programa como associação para que esteja sintonizada com as demandas dos comerciantes.
- As comerciantes mulheres e, especialmente, da periferia são um público objetivo que, devido à sua maior vulnerabilidade, devem ser prioridade.
- É necessário fortalecer as associações de comerciantes e as organizações de base para que possam ir além da mera organização para negociação de autorizações ou lidar com despejos.



foto: J.A. Venegas Sosa



Cidades Inclusivas: Lançado em 2008, o projeto Cidades Inclusivas objetiva fortalecer organizações de base (OBs) de trabalhadores pobres nas áreas de organização, análise de políticas e advocacy, para garantir que os trabalhadores informais urbanos tenham as ferramentas necessárias para serem ouvidos nos processos de planejamento urbano. Cidades Inclusivas é uma colaboração entre OBs de trabalhadores pobres, alianças internacionais de OBs e outras que dão suporte às OBs.

Para ler os relatórios de cidade, setor e globais completos, acesse inclusivocities.org/pt/emei.